

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da administração

1. Mensagem da administração

A administração da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Companhia, sociedade anônima aberta devido a emissão de debêntures listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 9 de outubro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) 2ª emissão de debêntures

No dia 15 de julho de 2021, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 250.000 que são destinadas à realização de investimentos, refinanciamentos e distribuição de recursos à acionista, bem como para capital de giro da Companhia. A liquidação da emissão ocorreu em 21 de julho de 2021.

Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, acrescida de spread de 1,70% ao ano.

Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2022 e o último na data de vencimento em 15 de julho de 2031.

(b) Receita Anual Permitida (RAP)

A Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, estabeleceu a RAP da Cachoeira Paulista para o ciclo 2021-2022 em R\$ 70.415 (R\$ 51.383 para o ciclo 2020-2021) um aumento aproximado de 37,7%, em comparação com o ciclo anterior, decorrente do reajuste da inflação (IGP-M).

(c) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 100%.

(d) Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos

Entre julho e agosto de 2021 foram pagos R\$ 19.303 mil a título de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 70.740 mil a título de dividendos adicionais propostos para a Celeo Redes Expansões S.A.

(e) Redução de capital

Em setembro de 2021 o capital da Companhia foi reduzido em R\$56.281 mil, passando a apresentar o valor total de R\$20.000.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 3 (três) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

6. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2021.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 7.2 e 12 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.</p> <p>De acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação e manutenção para o cumprimento das obrigações de performance de operar e manter o ativo previstas no contrato de concessão e (iii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto.</p> <p>A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração, envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas na estimativa dos ativos de contrato, das receitas de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;(ii) a verificação, com apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia; e (c) se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados.(iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2022
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	9	278	6.928
Títulos e valores mobiliários	10 (i)	105.655	32.554
Concessionárias e permissionárias	11	7.217	5.277
Ativo de contrato	12	34.135	32.918
Impostos e contribuições a recuperar		948	1.030
Outros ativos		3.649	6.317
Total do ativo circulante		151.883	85.024
Títulos e valores mobiliários	10 (ii)	16.516	21.527
Ativo de contrato	12	186.103	187.788
Total do realizável a longo prazo		202.619	209.315
Imobilizado e Intangível		1.218	1.220
Total do imobilizado + intangível		1.218	1.220
Total do ativo não circulante		203.837	210.535
Total do ativo		355.719	295.559
Fornecedores		819	1.024
Debêntures	13	22.191	22.397
Impostos e contribuições a recolher	14	1.471	1.151
Pis e Cofins diferidos	15	1.151	1.110
Dividendos a pagar	18 (c)	14.785	19.302
Encargos setoriais		788	1.218
Outros passivos		230	-
Total do passivo circulante		41.435	46.202
Debêntures	13	231.680	56.000
Pis e Cofins diferidos	15	6.580	6.720
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	23.962	24.013
Outros passivos		2.022	349
Total do passivo não circulante		264.244	87.082
Total dos passivos		305.679	133.284
Capital social	18 (a)	20.000	76.281
Reserva de lucros	18 (b)	30.040	85.994
Total do patrimônio líquido		50.040	162.275
Total do passivo e patrimônio líquido		355.719	295.559

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	20	55.912	55.994
Pessoal		(397)	-
Material		(56)	(1)
Serviços de terceiros	21 (a)	(4.679)	(3.456)
Outros		(463)	(224)
Custos operacionais		(5.595)	(3.683)
Lucro bruto		50.316	52.312
Pessoal		(10)	(72)
Serviços de terceiros	21 (b)	(1.017)	(467)
Outros		(210)	(48)
Despesas operacionais		(1.237)	(587)
Resultado antes das despesas financeiras		49.079	51.725
Receitas financeiras		4.208	1.305
Despesas financeiras		(20.929)	(11.186)
Despesas financeiras líquidas	22	(16.721)	(9.881)
Resultado antes dos impostos		32.359	41.844
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.840)	(2.208)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		51	(74)
Imposto de renda e contribuição social	23	(2.790)	(2.282)
Lucro líquido do exercício		29.569	39.562
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	19	1,48	0,52

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	29.569	39.562
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	29.569	39.562

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros					Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Dividendo retido	Dividendo adicional	Retenção de lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2019		76.281	14.298	1.161	9.608	-	40.667	-	142.015	
Transferência para retenção de lucros	18 (b)	-	-	-	(9.608)	9.608	-	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	39.562	39.562	
Reserva legal	18 (b)	-	958	-	-	-	-	(958)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	-	-	(19.302)	(19.302)	
Retenção de lucros	18 (b)	-	-	-	19.302	-	-	(19.302)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2020		76.281	15.256	1.161	19.302	9.608	40.667	-	162.275	
Redução de capital social	18 (a)	(56.281)	-	-	-	-	-	-	(56.281)	
Pagamento de dividendos	18 (c)	-	-	(1.161)	(19.302)	(9.608)	(40.667)	-	(70.738)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	29.569	29.569	
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	-	-	(14.785)	(14.785)	
Dividendos adicionais propostos	18 (b)	-	-	-	14.785	-	-	(14.785)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		20.000	15.256	-	14.785	-	-	-	50.040	

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		29.569	39.562
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		51	(74)
- Pis e Cofins diferidos		(99)	28
- Juros e correção monetária sobre debêntures e financiamento		15.509	10.552
- Ativo de contrato - remuneração	12	(32.450)	(32.461)
		12.580	17.607
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(73.100)	(10.317)
- Concessionárias e permissionárias		(1.940)	1.892
- Ativo de contrato	12	32.918	31.779
- Impostos e contribuições a recuperar		82	91
- Outros ativos		2.668	(4.072)
- Fornecedores		(205)	617
- Impostos e contribuições a recolher		2.198	1.625
- Encargos setoriais		(430)	(302)
- Outros passivos		1.800	-
Caixa (utilizado) gerado pelas atividades operacionais		(23.430)	38.920
Impostos pagos sobre a receita		(1.878)	(2.329)
Debêntures - pagamento de juros 1ª emissão	13	(2.881)	(6.413)
Caixa líquido (utilizado) gerado das atividades operacionais		(28.188)	30.178
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		5.011	(395)
Imobilizado e intangível		2	2
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento		5.013	(393)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social	18	(56.281)	-
Debêntures - captação	13	250.000	-
Debêntures - custo de transação	13	(5.486)	-
Debêntures - pagamento de principal	13	(12.506)	(13.304)
Debêntures - resgate antecipado 1ª emissão	13	(64.520)	-
Debêntures - prêmio antecipado 1ª emissão	13	(4.643)	-
Pagamento de dividendos		(90.040)	(9.608)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		16.525	(22.912)
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(6.650)	6.873
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.928	55
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	9	278	6.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas (1)		60.433	60.381
Remuneração do ativo de contrato	20	44.527	45.043
Operação e manutenção do ativo de contrato	20	15.905	15.338
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(6.832)	(4.269)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.752)	(3.683)
Despesas gerais, administrativas e outros		(1.080)	(586)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		53.601	56.112
Depreciação e amortização (4)		2	-
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)		53.599	56.112
Valor adicionado recebido em transferência (6)		4.208	1.305
Receitas financeiras	22	4.208	1.305
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		57.806	57.417
Distribuição do valor adicionado		57.806	57.417
Impostos, taxas e contribuições		7.308	6.669
Juros	22	20.929	11.186
Lucros líquido do exercício		29.569	39.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
Base de preparação		
1.	Contexto operacional	16
2.	Base de preparação	17
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	17
4.	Uso de estimativas e julgamentos	17
Políticas contábeis		
5.	Base de mensuração	18
6.	Sazonalidade	18
7.	Principais políticas contábeis	18
8.	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	26
Ativos		
9.	Caixa e equivalentes de caixa	27
10.	Títulos e valores mobiliários	27
11.	Concessionárias e permissionárias	28
12.	Ativo de contrato	28
Passivos e Patrimônio Líquido		
13.	Debêntures	28
14.	Impostos e contribuições a recolher	31
15.	PIS e COFINS diferidos	31
16.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	31
17.	Provisão e passivos contingentes	32
18.	Patrimônio líquido	33
Desempenho do ano		
19.	Lucro básico e diluído por ação	35
20.	Receita operacional líquida	35
21.	Serviços de terceiros	35
22.	Receitas (despesas) financeiras líquidas	36
Tributos sobre o lucro		
23.	Imposto de renda e contribuição social	36
Outras informações		
24.	Transações com partes relacionadas	36
25.	Gestão de riscos financeiros	37
26.	Cobertura de seguros	39
27.	Coronavírus (COVID-19)	39
28.	Evento subsequente	40

1 Contexto operacional

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta devido a emissão de debêntures listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 25 de setembro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em 26 de dezembro de 2018, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que era a Isolux Energia e Participações S.A. ("Isolux") passou a ser a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo Redes").

Em 31 de dezembro de 2020 a Celeo Redes possuía 100% de participação na Companhia.

Em fevereiro de 2021 a Celeo Redes transferiu 100% das ações da Companhia, por meio de aumento de capital para a Celeo Redes Expansões S.A. ("Celeo Expansões").

Em 31 de dezembro de 2021 a Celeo Expansões possui 100% de participação na Companhia.

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão nº 84/2002 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação Tijuco Preto e término na subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo.

O Contrato foi assinado no dia 20 de dezembro de 2002 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de dezembro de 2032. A Companhia entrou em operação comercial em dezembro de 2004.

A partir de julho de 2019 (16º ano de operação comercial) a Companhia passou a receber 50% da receita anual permitida do 15º ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão.

1.2 Receita Anual Permitida

A Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, estabeleceu a RAP da Cachoeira Paulista para o ciclo 2021-2022 em R\$ 70.415 (R\$ 51.383 para o ciclo 2020-2021) um aumento aproximado de 37,7%, em comparação com o ciclo anterior, decorrente do reajuste da inflação (IGP-M).

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 14 de fevereiro de 2022.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Nota explicativa 11 - Ativo de contrato

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade nas suas operações.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

7.1 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

iv.1 Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

i. Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

ii. Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

7.2 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IGP-M.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar.

7.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia.

7.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e/ou financeiro e alíquota de 15% e adicional de 10% (IRPJ) e alíquota de 9% (CSLL).

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar sobre a base de cálculo presumida, conforme a receita da Companhia. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

7.6 Provisões para perdas esperadas de créditos

A Provisões para perdas esperadas de créditos ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa.

Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui provisão para PEC.

7.7 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) **Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

(b) **Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); (ii) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); (iii) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); (iv) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); (v) IFRS 17 Contratos de Seguros; (vi) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (vii) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (viii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32).

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

9 Caixa e equivalentes de caixa

		2021	2020
Caixa e bancos		278	39
Operações compromissadas	(a)	-	1.000
CDB	(b)	-	5.853
Outras		-	36
		278	6.928

- (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atrelados ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou o resgate total da aplicação para cumprir com suas obrigações de curto prazo.
- (b) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou o resgate total da aplicação para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

10 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 100,34% (98% em 2020) do DI com vencimento entre julho e outubro de 2024.

ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação da 2ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, recursos nas contas denominadas (i) "conta reserva de amortização", o montante equivalente ao necessário para o pagamento dos próximos 3 (três) meses do serviço da dívida; (ii) "conta reserva de operação e manutenção", o montante equivalente ao custo operacional da Companhia relativo a um período de 3 (três) meses, estimado com base nos gastos com o custo operacional durante os 3 (três) meses antecedentes; e (iii) "conta de complementação de ICSD" no caso de não atingimento do índice estipulado na escritura dessas debêntures. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, todas as contas estão preenchidas conforme estipulado na escritura dessas debêntures.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2021 foi de 5% (2,22% em 2020).

11 Concessionárias e permissionárias

	2021	2020
A vencer	6.272	4.697
Até 3 meses	-	9
De 3 a 12 meses	14	16
Acima de 12 meses	931	555
	7.217	5.277

12 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019	220.706	220.024
Remuneração do ativo de contrato	32.450	32.461
Recebimentos	(32.918)	(31.779)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	220.238	220.706

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo:

	2021	2020
Circulante	34.135	32.918
Não circulante	186.103	187.788
	220.238	220.706

13 Debêntures

		2021	2020
Debêntures	(a)	80.049	89.779
Custo de transação	(b)	(1.652)	(2.217)
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019		78.397	87.562
Captação debêntures	(d)	250.000	-
Custo de transação	(e)	(5.486)	-
Juros		13.540	9.986
Amortização - principal		(12.506)	(13.304)
Amortização - juros		(2.881)	(6.413)
Prêmio antecipado 1ª emissão	(c)	(4.643)	-
Resgate antecipado 1ª emissão	(a)	(64.520)	-
Amortização - custo de transação	(b)	1.970	565
Debêntures		259.039	80.049
Custo de transação		(5.168)	(1.652)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020		253.871	78.397

- (a) No dia 11 de novembro de 2011, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 220.000 e foram destinados à: (i) liquidação integral do saldo devedor com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (ii) pagamento de dividendos e lucros acumulados; (iii) constituição das contas de garantia; e (iv) contrato de empréstimo com a antiga controladora.

Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 7,8% ao ano. Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos trimestralmente. O primeiro pagamento foi realizado no dia 11 de fevereiro de 2012 e o último foi realizado 12 de maio de 2021 por meio do resgate antecipado da totalidade das debêntures.

- (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção da 1ª emissão das debêntures. Devido ao resgate antecipado da totalidade das debêntures, todo saldo de custo de transação foi apropriado em 2021.
- (c) A Companhia realizou em 12 de maio de 2021 o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures. Portanto houve a necessidade do pagamento de um prêmio aos debenturistas.
- (d) No dia 15 de julho de 2021, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 250.000 que são destinadas à realização de investimentos, refinanciamentos e distribuição de recursos à acionista, bem como para capital de giro da Companhia. A liquidação da emissão ocorreu em 21 de julho de 2021.

Sobre o saldo devedor incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, acrescida de spread de 1,70% ao ano.

Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2022 e o último na data de vencimento em 15 de julho de 2031.

- (e) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção da 2ª emissão das debêntures.

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo:

	2021	2020
Circulante	22.191	22.397
Não circulante	231.680	56.000
	253.871	78.397

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2021
Em 2023	16.899
Em 2024	18.691
Em 2025	20.448
A partir de 2026	175.642
	231.680

As debêntures possuem cláusulas restritivas não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão descritas a seguir: (a) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura; (b) Liquidação, dissolução ou extinção da Companhia; (c) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência ou autofalência da Companhia, assim como apresentação, pela Companhia, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (d) Transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (e) Extinção definitiva ou transferência (total ou parcial) da Concessão ou encampação, caducidade, rescisão, anulação ou intervenção, pelo Poder Concedente, da Concessão; (f) Vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia com terceiros, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000 (dez milhões de reais); (g) Invalidade, nulidade, inexecutabilidade, rescisão ou ineficácia total desta Escritura de Emissão e/ou contratos de garantia; (h) Protesto de títulos de responsabilidade da Companhia, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a 14.000 (catorze milhões de reais), cuja devida comprovação não for apresentada ao agente fiduciário; (i) Não observância, pela Companhia, por mais de 2 (duas) vezes consecutivas e/ou por mais de 4 (quatro) vezes intercaladas, do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,20x (um inteiro e vinte centésimos), a ser apurado pela Companhia anualmente.

Abaixo está demonstrado o cálculo do ICSD.

	2021
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	3,07
(A) Geração de caixa da atividade	47.202
(B) Serviço da dívida	15.387
(A) Geração de caixa da atividade	47.202
(+) LAJIDA (EBITDA)	49.080
(-) Pagamento de imposto de renda	(1.111)
(-) Pagamento de contribuição social	(767)
(B) Serviço da dívida	15.387
(+) Amortização de principal	12.506
(+) Pagamento de juros	2.881
EBITIDA	49.080
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	32.359
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	16.721
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(44.527)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(15.905)
(+) RAP no exercício	60.432

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas estabelecidas na escritura das debêntures.

14 Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
Imposto de renda	-	305
Contribuição social	415	139
Outros	1.056	707
	1.471	1.151

15 PIS e COFINS diferidos

	2021	2020
PIS	1.379	1.394
COFINS	6.352	6.436
	7.731	7.830

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada a seguir:

	2021	2020
Circulante	1.151	1.110
Não circulante	6.580	6.720
	7.731	7.830

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Imposto de renda	17.619	17.657
Contribuição social	6.343	6.356
	23.962	24.013

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	23.962	24.013
	23.962	24.013

17 Provisão e passivos contingentes

(a) Cível

A Companhia possui ação anulatória de ato administrativo cumulada com repetição de indébito proposta pela Tractebel Energia S.A., contra a ANEEL, o ONS, bem como contra todas as concessionárias de transmissão de energia elétrica integrantes do SIN, dentre elas a Companhia. O objetivo é a declaração de nulidade do artigo 4º da resolução nº 117/04 da aneel que inseriu novo reajuste do valor do tust (tarifa de utilização do sistema de transmissão) pago pelas empresas geradoras de energia que entrassem em operação a partir de 01/07/2005, além da condenação das concessionárias corréis, na devolução da diferença do valor que lhes teria sido pago indevidamente. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor em risco é de R\$ 136 e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor em risco é de R\$ 611 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

(b) Fundiário

A Companhia ajuizou ação de constituição de servidão administrativa, com pedido liminar para imissão na posse, para passagem de linha de transmissão na propriedade dos réus. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor em risco é de R\$ 280 e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável.

(c) Tributário

A Companhia possui pedidos de compensações de débitos tributários que não foram homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia entende que possui o direito de utilizar esses créditos e entrou com processos contra a RFB. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor em risco é de R\$ 5.323, respectivamente e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em fevereiro de 2021 a Celeo Redes transferiu 100% das ações da Companhia, por meio de aumento de capital para a Celeo Expansões. Em 31 de dezembro de 2021 todas as ações são detidas pela Celeo Expansões.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 14 de julho de 2021, ocorreu a redução de capital social no montante de R\$ 56.281.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 20.000 e R\$ 76.281, respectivamente, dividido em 20.000.000 e 76.281.111 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu o valor de R\$ 958 (2,4% do lucro líquido do exercício), ficando a reserva legal representando 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não constituiu reserva legal.

ii. Dividendo retido e dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2020 o valor destinado como dividendo adicional proposto foi de R\$ 19.302.

Os acionistas por meio da assembleia geral ordinária realizada em 26 de abril de 2021 aprovaram os dividendos adicionais propostos constituídos em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 19.302.

Conforme assembleia geral extraordinária realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 1.161 de dividendo retido

Conforme reunião do conselho de administração realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 19.302 de dividendo adicional proposto.

Em 23 de julho de 2021 pagou o montante de R\$ 19.302 de dividendo adicional proposto para a sua acionista e em 10 de agosto de 2021 a Companhia pagou o montante de R\$ 1.161 de dividendo retido.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor destinado como dividendo adicional proposto foi de R\$ 14.785.

iii. Retenção de lucros

Conforme assembleia geral ordinária realizada no dia 6 de abril de 2020, os acionistas destinaram o dividendo adicional proposta para a reserva de retenção de lucros o valor de R\$ 9.608.

Conforme assembleia geral extraordinária realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento no montante de R\$ 9.608 de dividendo.

Em 10 de agosto de 2021 a Companhia pagou o montante de R\$ 9.608 de dividendo para a sua acionista.

iv. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47.

Conforme assembleia geral extraordinária realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento no montante de R\$ 40.667 de dividendo.

Em 10 de agosto de 2021 a Companhia pagou o montante de R\$ 40.667 de dividendo para a sua acionista.

(c) Dividendo mínimo obrigatório

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

No período findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia pagou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 4.805.

Conforme reunião do conselho de administração realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 19.302 de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 23 de julho de 2021 pagou o montante de R\$ 19.302 de dividendos mínimos obrigatórios para a sua acionista.

Em 31 de dezembro 2021 a Companhia constituiu R\$ 14.785 de dividendos mínimos obrigatórios para a sua acionista.

19 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2021	2020
Lucro líquido do período	29.569	39.562
Média ponderada das ações emitidas	20.000	76.281
	1,48	0,52

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

20 Receita operacional líquida

	2021	2020
Remuneração do ativo	44.527	45.043
Receita de operação e manutenção	15.905	15.338
Receita bruta	60.433	60.381
Pis e Cofins correntes	(2.280)	(2.120)
Pis e Cofins diferidos	99	(28)
Encargos setoriais	(2.339)	(2.239)
Deduções da receita	(4.520)	(4.387)
	55.912	55.994

21 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais

		2021	2020
Serviço de operação e manutenção	(i)	(4.136)	(3.181)
Contrato de compartilhamento de instalação		(260)	(196)
Diversos		(283)	(79)
		(4.679)	(3.456)

- i. Refere-se ao custo de prestação de serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão.

(b) Despesas operacionais

	2021	2020
Consultorias	(628)	(302)
Diversos	(389)	(165)
	(1.017)	(467)

22 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2021	2020
Rendimento de aplicação financeira	4.149	1.253
Outras receitas	59	52
Receitas financeiras	4.208	1.305
Juros - debêntures	(13.540)	(9.986)
Custo de transação - debêntures	(1.971)	(565)
Prêmio antecipação - debêntures	(4.643)	-
Outras despesas	(775)	(635)
Despesas financeiras	(20.929)	(11.186)
	(16.721)	(9.881)

23 Imposto de renda e contribuição social

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Remuneração do ativo	44.626	44.626	42.691	42.691
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo da receta	3.570	5.355	3.415	5.123
Receita de O&M	15.905	15.905	14.926	14.926
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo da receta de O&M	1.272	1.909	1.194	1.791
Receitas financeiras	4.208	4.208	1.188	1.188
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Imposto corrente	(1.808)	(1.032)	(1.479)	(729)
Diferenças temporárias	37	13	(54)	(20)
Imposto diferido	37	13	(54)	(20)

24 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

	Passivo		Despesa	
	2021	2020	2021	2020
Celeo	45	2	122	-
	45	2	122	-

(b) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes Brasil S.A. e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo Redes.

25 **Gestão de riscos financeiros**

(a) **Considerações gerais e políticas**

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. **Gestão de risco de capital**

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. **Gestão de risco de mercado**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

iii. **Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 **Risco de crédito das contrapartes comerciais**

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

iii.2 **Risco de crédito com instituições financeiras**

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. **Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) **Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(15.577)	(11.683)	(7.788)
Debêntures	Aumento do IPCA	14.554	10.916	7.277

* fonte: série de estatísticas consolidadas publicadas em 31 de dezembro de 2021 no site do Banco Central (www.bcb.gov.br). O CDI e o IPCA para o cenário provável (12,75% e 5,73%) foi considerado da Mediana - TOP 5 média prazo para o ano de 2021.

(c) **Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros**

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

26 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 23.193 para danos materiais e R\$ 10.000 para responsabilidade civil com vigências de 30 de junho de 2021 a 30 de junho de 2023.

27 Coronavírus (COVID-19)

(a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo.

(b) Impactos nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID-19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia.

28 Evento subsequente

(a) **Pagamento de debêntures**

Em 17 de janeiro de 2022 a Companhia efetuou o 1º (primeiro) pagamento de principal e juros da 2ª emissão das debêntures no valor de R\$ 6.936 e R\$ 10.229, respectivamente.

Francisco Antolin Chica Padilla
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8